

AS COISAS SÃO O QUE SÃO

José Cutileiro

JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
E VASCO RATO

**A Encruzilhada.
Portugal, a Europa
e os Estados Unidos**

Lisboa,
Bertrand Editora
2004, 223 páginas

Desde o começo da crise do Iraque, já lá vai mais de ano e meio, as relações entre a Europa e os Estados Unidos tornaram-se um tema fulcral de política externa. Ou, melhor dito, um tema fulcral de política externa europeia e, em menor medida, de política externa dos Estados Unidos. Se muitos europeus puseram na questão entusiasmo raramente visto, muitos norte-americanos viveram também com intensidade os desacordos entre o seu governo e alguns governos europeus, do Verão de 2002 à Primavera de 2003 – e notam-se ainda sequelas. Ao resto do mundo, a relação euro-americana aparece, quando alguém se lembra dela, com contornos mais vagos. Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente do Brasil, é curador (*trustee*) do Institute for Advanced Study, Princeton, New Jersey. Na Primavera do ano passado, em plena crise iraquiana, um entusiasta da relação transatlântica perguntou-lhe ao almoço, diante de mim, o que é que ele pensava da defesa europeia. Entre intrigado e divertido com a pergunta, Fernando Henrique respondeu que não pensava nada.

Experiências assim são salutares porque nos recordam vivamente que, entre o

começo e o fim do século XX, a Europa deixou de ser o centro do mundo. Um poema de Miguel Torga, que traça uma visão do fim da espécie humana, acaba: *E a brancura de uns ossos a apontar / O caminho que já não passa ali*. O esmorecimento da Europa é menos radical: somos (por via da União Europeia) a segunda potência comercial do mundo e, embora este gigante económico seja irmão siamês de um anão político, ainda contamos para muito. Em ajuda ao desenvolvimento batemos americanos e japoneses e temos espalhado democracia parlamentar à roda de nós, o que é bom para a nossa segurança e para a segurança do mundo em geral. Mas já pouco mandamos nele e a maioria dos habitantes do globo não nos liga.

O QUE LÁ VAI, LÁ VAI

O que não quer dizer que nos devamos distrair – muito pelo contrário. Nunca será demais lembrar a importância da relação entre a Europa e os Estados Unidos, que começa a recuperar da sacudidela de há um ano. De ambos os lados do Atlântico há quem gostaria que o fosso se cavasse ainda mais, porque dá jeito demagógico.

Do lado de cá, os órfãos de Estaline (e de Trotsky – quem é que escreveu que Trotsky não se virou contra Estaline por ele matar pessoas mas por ele não matar as pessoas devidas?) e outra gente, que diz querer a paz mas que, sobretudo, não quer chatices, atribuem a Washington os males do mundo e alardeiam falsa virtude ofendida. Do lado de lá, a direita do Partido Republicano não desarma. Tom DeLay, seu chefe na Câmara dos Representantes – junto do qual José Maria Aznar faz figura de Voltaire – começa assim discursos eleitorais: «Good morning – or as John le Kerry would say: Bon jour!». Mas há também quem perceba que é preciso compor a relação transatlântica porque ela é útil e necessária a todos. Esquecendo as suas diatribes de Setembro de 2002, em Março deste ano o Chanceler Schroeder fez uma visita calorosa a Washington; discretamente, firmas alemãs e francesas têm vindo a ser admitidas a concursos e licitações no Iraque; quanto a passos seguintes no Conselho de Segurança, a propósito da transferência de poder para Bagdade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Michel Barnier, repete que o que lá vai lá vai. Nos Estados Unidos já ninguém despeja garrafas de Borgonha e de Bordéus para a sarjeta. Há dias, no aeroporto de Newark, a funcionária da alfândega que recolheu o formulário preenchido pela minha mulher, abriu-lhe um grande sorriso e saudou-a, quase sem sotaque: «Bonjour Madame. Ayez un bon séjour!» As coisas estão a ir ao sítio – como, a meu ver, tenderiam sempre a ir dadas a extensão e robustez das relações económicas entre as duas partes e o vigor demonstrado pela

Aliança Atlântica onde tem tido de se meter: Bósnia, Kosovo, Afeganistão.

Mas, para não se escangalhar tudo, vão ser precisos mais visão, sensibilidade e bom senso do que os demonstrados durante a crise por líderes políticos dos dois lados do Atlântico. A galeria destes não inspira seja quem for e esperemos que a seriedade das circunstâncias revele qualidades insuspeitadas nalguns deles. (Se tivesse morrido antes da II Grande Guerra, Churchill teria ficado na História como um político menor, brilhante às vezes, sem rumo claro, e dado a causas perdidas – mas, infelizmente, Churchills não se revelam em todas as crises). No essencial, o núcleo político da relação transatlântica desde a entrada dos Estados Unidos na guerra em 1941, a seguir ao ataque japonês a Pearl Harbour, dependeu do *leadership* de Washington, discutido e corrigido palmo a palmo na prática, mas sempre aceite na teoria por todos os aliados.

OS ROMBOS NA CREDIBILIDADE AMERICANA

O Iraque trouxe duas mudanças. Primeira: por razões diferentes, os governos francês e alemão decidiram não só opor-se a Washington mas baterem-lhe o pé em público. Sem o perigo soviético a recomendar-lhes contenção, deixaram-se levar num excesso de antiamericanismo de que vieram a arrepende-se porque acabaram por perceber que a coesão ocidental é mais importante do que atitudes demagógicas para proveito próprio a curto prazo. Entretanto, porém, alardes de acrimónia dos dois lados do Atlântico tinham posto em causa a boa razão de ser da solidariedade transa-

tlântica e os remendos deitados desde então ainda não taparam todos os buracos. Segunda: quando, há pouco mais de um ano, alemães e franceses saíram na sua tangente, na sua «ego-trip» de multipolaridade, os Estados Unidos eram um poder crível, cuja predominância, discutida embora, continuava a ser aceite (foi-o por, entre outros, os governos de quinze países dos membros da, e candidatos à, União Europeia). Com a passagem do tempo, porém, essa credibilidade foi levando rombos cada vez maiores. Como sabemos, veio a descobrir-se que afinal não havia armas de destruição maciça nem houvera cumplicidades do regime de Saddam com a Al-Qaida, transformando-se o caminho para a guerra numa escalada de incompetência, embuste, ou ambos. (Como atenuante, diga-se que todos os serviços de informação do mundo estavam convencidos da existência das armas; o insuspeito Hans Blix escreveu que Saddam era como alguém que tivesse posto à porta do quintal um leteiro «Cuidado com o cão!» – e não tivesse cão.) O resto foi muito pior ainda. Antes de ser confirmada a falta de *casus belli*, a planificação desastrosa imposta pelos civis no topo do Pentágono – afastando generais competentes que sabiam que seriam precisas muito mais tropas – levava ao saque (emblemático) do Museu de Bagdade e de muitas outras instituições, ao colapso de serviços públicos – água, electricidade – e da ordem pública. Para esta última contribuíram a dissolução, misteriosa e insensata, do exército iraquiano (moralismo avassalador? Jeito feito a Israel?) e o saneamento dos membros do Partido Baas que consti-

tuíam o grosso dos quadros administrativos civis (outra vez moralismo? Vingança de emigrados xiitas?) As relações entre a Autoridade da Coligação, influenciada por emigrados sem prestígio interno, e as forças políticas iraquianas com apoio popular, xiitas, sunitas e curdas, foram marcadas por falta de conhecimento da realidade do país, e faltas de tacto no tratamento das pessoas. No quotidiano, a ocupação foi marcada por *gaffes* constantes, reforçando a imagem de desprezo americano pelo povo do Iraque.

A rebelião foi crescendo, a reputação e credibilidade dos Estados Unidos foram diminuindo. Como se tudo isto não bastasse, estalou o escândalo da tortura e humilhação de prisioneiros – em tal quantidade que não podem só ser resultado de perversidade individual; implicam, necessariamente, inspiração e tolerância de poderes mais altos. Isto é, a generalização dos maus tratos pode imputar-se à indiferença pelas Convenções de Genebra e pelo Direito internacional em geral, de que Bush e alguns dos seus lugares-tenentes tantas vezes fizeram alarde. Como resultado disto tudo, Washington não tem hoje credibilidade que chegue para dar chefia aos seus aliados europeus. E os europeus não são suficientemente fortes nem estão suficientemente unidos para se poderem chefiar a si próprios – quanto mais para darem orientação e propósito ao universo euro-atlântico. Não me lembro de buraco assim na história das relações transatlânticas.

Quando, em Janeiro deste ano, *A Encruzilhada* foi publicada – aceitei, com muito gosto, o convite para fazer o lançamento

do livro, na Livraria Bertrand – as coisas eram diferentes. Já havia dúvidas sérias sobre a existência de armas de destruição maciça, mas não havia ainda a certeza da sua inexistência. Esperava-se que os erros enormes dos primeiros tempos de libertação/ocupação tivessem ensinado aos militares americanos e aos seus mentores civis no Pentágono a evitar novos erros – mas não houve reforço de efectivos nem lhes foi dado treino melhor. Tudo se foi degradando, com a gente de Falluja a ser tratada como albaneses por sérvios no Kosovo em 1998, e o clérigo Moqtada al-Sadr, cujos maus princípios e má pinta poucos apoiantes lhe haviam grangeado até então, transformado por sanha insensata do comando americano em mártir potencial e emblema de patriotismo. E, há dias, vídeos e fotografias sádicos vieram mostrar, *urbí et orbí*, militares americanos ordinários e divertidos a maltratarem e humilharem presos iraquianos indefesos na cadeia de Abu Ghraib. Escrevo estas linhas a meio de Maio, não sei o que poderá vir ainda a sair da caixa de Pandora da Pax Americana na Mesopotâmia, e confesso que às vezes receio o pior.

UMA TESE VÁLIDA

Quando o livro foi publicado, pois, e, por maioria de razão, quando uns meses antes fora escrito, o desempenho americano no Iraque não atinge ainda níveis tão alarmantes de incompetência, mas o estado actual das coisas não invalida a tese dos autores. Em termos simples, estes sustentam que a relação transatlântica é crucial para a estabilidade do mundo e a segurança da Europa (e, com ênfase local justi-

ficado, de Portugal) e que, na crise do Iraque, as posições tomadas por alguns governos europeus, nomeadamente da França e da Alemanha, contra a Administração Bush, foi tão intempestiva que lesou essa relação (sem ter ajudado a evitar a guerra no Iraque). Ora isso, que era verdade na altura, continua a ser verdade agora, independentemente da sucessão penosa de fiascos que Washington tem averbado. De resto, desde que, no Verão passado, Paris e Berlim por fim perceberam o que estava em jogo, deixaram de deitar achas para a fogueira do antiamericanismo, virulento no mundo muçulmano mas aceso também na Europa. Pelo contrário – não irão mandar tropas para o Iraque, mesmo que venha a haver um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas, ao contrário do que acontecera o ano passado, têm feito o possível para não porem entraves diplomáticos aos Estados Unidos. A janela de saída do buraco iraquiano é cada vez mais estreita – na altura em que escrevo, Lakhdar Brahimi acredita que ela exista ainda; não sei o que acreditará quando o/a leitor(a) me ler. Todavia, mesmo que um Iraque em desordem venha a complicar por anos e anos o Médio Oriente, Vasco Rato e João Marques de Almeida continuarão a ter razão. Preservar o elo transatlântico é mais importante e desejável do que lesá-lo em nome de outros valores ou outros interesses. Só que, agora, quem o está a minar são os Estados Unidos: a sua perda de prestígio e credibilidade enfraquece mais a segurança ocidental do que o antiamericanismo provocatório de franceses e alemães a enfraqueceu o ano passado.

O livro, que abre com um prefácio do industrial José Manuel de Mello, tem três partes distintas. Uma introdução elementar ao estudo das relações internacionais, sobretudo tal como vistas pela ciência política, destina-se a preparar o leitor leigo para a exposição sobre a relação transatlântica. É aproveitada para criticar visões estreitas de estudiosos portugueses, e propõe «[u]ma perspectiva estruturalista da [nossa] política externa» mas não é estritamente necessária à compreensão da evolução recente da hegemonia americana e das respostas europeias a essa hegemonia, tratadas nos capítulos seguintes. Por fim, os autores discutem e refutam argumentos de políticos portugueses – nomeadamente Mário Soares e Freitas do Amaral – contra o apoio dado pelo governo de Durão Barroso à política iraquiana de George W. Bush. Esse capítulo, bem escrito e convincente como o resto do livro, pertence a uma polémica lusitana – houve-as idênticas, *mutatis mutandis*, noutros países, mas a nossa traz bagagem bairrista própria e, passado o Caia, não interessaria a muita gente. Entre o começo, talvez didáctico de mais, e esse fim, armado na tradição das grandes polémicas jornalistas, a exposição sobre a relação transatlântica é a parte mais interessante e importante do livro e poderia ser dada a ler com proveito a qualquer público europeu ou norte-americano.

Os autores têm uma forte marca anglo-saxónica – um estudou em Inglaterra, o outro no Canadá e nos Estados Unidos – e de vez em quando tendem a entender melhor razões e comportamentos dos americanos do que dos europeus. Por

exemplo, parecem considerar a intervenção americana na crise da Bósnia (1992-1995) decisiva e benéfica. Na realidade foi indecisa durante muito tempo e, por hostilizar durante três anos projectos de paz europeus cujos princípios acabou por adoptar, prolongou a guerra e envenenou a paz que se lhe seguiu. Mas, no quadro geral, este não é um aspecto muito importante; quando se trata do tema central, os autores acertam em cheio no alvo. Cito, por exemplo, do parágrafo final do segundo capítulo:

«[...] em política externa, as continuidades entre as administrações de Bill Clinton e George Bush sobrepõem-se às descontinuidades. A conclusão é pertinente, na medida em que torna claro que a tentação unilateral verificada na política externa dos Estados Unidos é anterior à tomada de posse do actual Presidente. Significa isso, por sua vez, que o unilateralismo de Washington resulta de transformações estruturais verificadas no sistema internacional após o fim da guerra fria. Não resultam de preferências pessoais de George Bush. Se assim é, cabe à União Europeia reforçar o elo transatlântico, a fim de atenuar as tentações unilaterais da potência hegemónica» (p. 110).

BOM SENSO, PRECISA-SE

Com efeito é absurdo – e perigoso – tentar construir a Europa contra os Estados Unidos e os autores de *A Encruzilhada* verberaram o Presidente Chirac e outros por insistirem em fazê-lo. Esperemos que, depois da grande mal-aventura iraquiana, os políticos de Washington entendam, por seu lado, que precisam dos europeus

se quiserem manter a chamada «comunidade internacional» num trilho aceitável. Não sei qual o sucesso comercial do livro e espero que tenha sido grande; toda a gente interessada por estas coisas o deveria ler. Além de erudição e de sagacidade, desejá-

veis nas carreiras universitárias que abraçaram, os autores dispõem de uma faculdade inestimável, nem sempre aparente nas análises de relações internacionais: bom senso. **RI**

PRINCETON, MAIO DE 2004